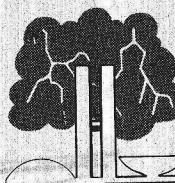


CPI decide convocar três governadores

José Paulo Lacerda/AE

Edison Lobão, do Maranhão, Joaquim Roriz, do DF, e João Alves Filho, de Sergipe, vão depor, apesar de os líderes do PFL terem apresentado pareceres de juristas garantindo que não podem ser chamados

MARTA SALOMON
e **JOÃO DOMINGOS**



BRASÍLIA — A CPI do Orçamento aprovou ontem, por 15 votos a 5, a convocação dos governadores do Maranhão, Edison Lobão (PFL), de Sergipe, João Alves Filho (PFL), e do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP). Os três foram citados pelo economista José Carlos Alves dos Santos. A definição desses depoimentos foi o tema mais polêmico da reunião de ontem à noite e a CPI sofreu pressões para não chamar Lobão e Alves, que não queriam ser interrogados. "Os governadores do PFL estão irredutíveis", lamentou o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Os líderes do PFL na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (BA), e no Senado, Marco Maciel (PE), chegaram a apresentar ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), pareceres jurídicos dizendo que Lobão e Alves não poderiam depor. Apesar das pressões, Passarinho decidiu levar a confirmação dos depoimentos ao plenário da CPI. "O PFL tem

pareceres de juristas importantes, como Manoel Ferreira Filho, contrários à convocação dos governadores; nós temos parecer da assessoria jurídica do Senado, segundo o qual podemos convocá-los." Roriz, por outro lado, já enviou ofício à CPI dizendo que deseja ser ouvido e que não vê impedimento em comparecer.

A atitude dos governadores do PFL foi criticada dentro do próprio partido. Ao entregar os pareceres a Passarinho, Magalhães disse-lhe que seria preferível, do ponto de vista político, que Lobão e Alves dessessem. Às 19h30, a CPI discutia uma solução conciliatória, sugerida pelo deputado Nelson Trad (PTB-MS). Os governadores seriam interrogados por carta, como têm direito a fazer os presidentes da República, do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal (STF).

A reunião de ontem definiu o calendário dos próximos depoimentos. O relator da Comissão de Orçamento em 1992, senador Mansueto

de Lavor (PMDB-PE), vai depor hoje às 9h30. Ele não foi citado por José Carlos, mas seu nome aparece nos documentos apreendidos na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis. Às 17 horas será a vez do funcionário aposentado da Câmara Roberval Baptista de Jesus. Ele substituiu José Carlos na Comissão de Orçamento, em 1991, mas foi demitido pelo então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), a pedido do presidente da comissão na época, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO). Amanhã, sem horário definido, depõe a ex-ministra da Ação Social Margarida Procópio.

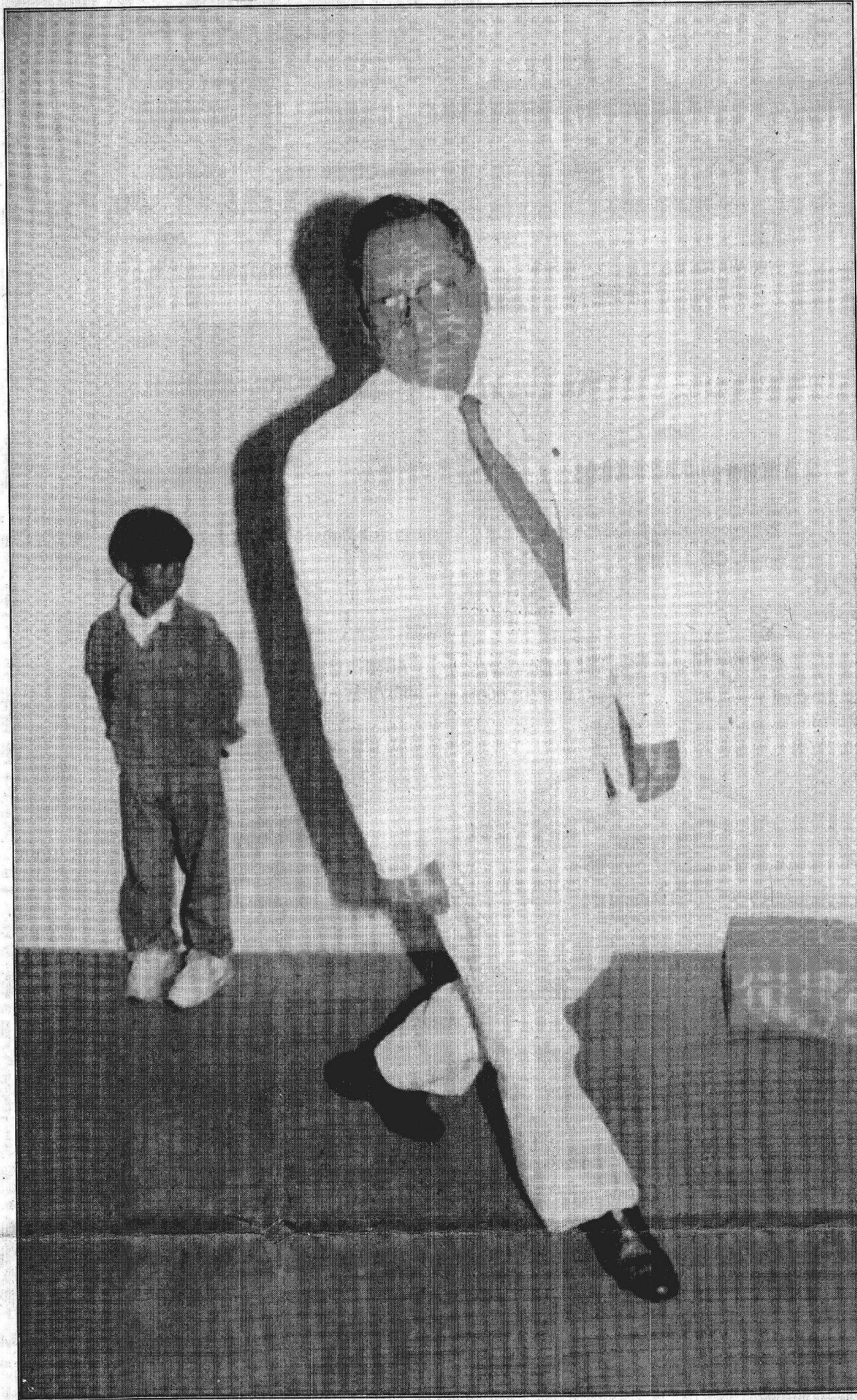
A CPI também decidiu ouvir José Carlos novamente hoje, às 11 horas. O coordenador da subcomissão de subvenções sociais, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), e os deputados Nelson Trad e Lázaro Barbosa (PMDB-GO) irão à Superintendência da Polícia Federal em Brasília para o depoimento. Garibaldi acredita que o economista poderá esclarecer a participação do funcionário Luis Bandeira da Rocha Filho, que foi assessor do ex-ministro Henrique Hargreaves, no esquema de distribuição dos recursos do Orçamento para subvenções.

Rocha é irmão de Raimunda Francisca Bandeira de Araújo, dirigente da Fundação Vivil, do Piauí, que conseguiu receber US\$ 1,4 milhão em subvenções entre 1991

e 1992. Auditoria do Tribunal de Contas da União aponta irregularidades na aplicação dos recursos, inclusive com desvio de dinheiro.

Ao depor ontem na subcomissão de subvenções sociais, Rocha disse desconhecer qualquer desvio de recursos, mas admitiu que encaminhou seu cunhado, Ângelo Melo, para que pedisse verbas a José Carlos. Segundo Garibaldi, ele confirmou que as subvenções só eram liberadas com autorização do deputado João Alves (sem partido-BA), depois de passar pelo economista. Rocha garantiu, entretanto, que Hargreaves jamais tomou conhecimento da existência da Fundação Vivil.

JOSÉ CARLOS
DÁ UM NOVO
DEPOIMENTO À
SUBCOMISSÃO
DE SUBVENÇÕES
SOCIAIS HOJE
NA SEDE DA PF



Deputado Roberto Magalhães ao sair da reunião no gabinete do senador Jarbas Passarinho: pressões